



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Trata-se de procedimento instaurado nos termos do artigo 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com vistas à contratação direta, por inexigibilidade de licitação, das docentes com destacado conhecimento na área, Susette Matos da Silva Salgado e Luciana Teixeira de Souza, para ministrarem o curso “A POLÍTICA ANTIMANICOMIAL DO PODER JUDICIÁRIO – REFERÊNCIAS PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ”, a ser realizado na modalidade híbrida – presencial na sede da Escola Judicial do TJPA e transmissão online via canal oficial da EJPA no YouTube, com controle e acompanhamento da Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará.

O curso, voltado ao aperfeiçoamento de magistradas, magistrados, servidoras e servidores do TJPA, ocorrerá no período de 09 a 13 de junho de 2025, com carga horária total de 20 (vinte) horas/aula, conforme Termo de Referência aprovado e constante nos autos.

O valor global da contratação é de R\$ 1.092,40 (mil e noventa e dois reais e quarenta centavos), sendo R\$ 293,08 (duzentos e noventa e três reais e oito centavos) para a docente Luciana Teixeira de Souza (pedido de despesa nº 2025/1713) e R\$ 799,32 (setecentos e noventa e nove reais e trinta e dois centavos) para a docente Susette Matos da Silva Salgado (pedido de despesa nº 2025/1714), conforme termos de aceite firmados, observando-se o parâmetro estabelecido na Portaria nº 1713/2022 – GP.

A disponibilidade orçamentária foi validada pela Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças, conforme despacho TJPA-DES-2025/122882.

A Assessoria Jurídica da Secretaria de Administração, por meio do Parecer Jurídico nº 303/2025 – AJSEADM, atestou a regularidade jurídica da contratação, cuja motivação passa a integrar este ato decisório, nos termos do artigo 62, §1º, da Lei Estadual nº 8.972/2020.

Diante do exposto, acolho integralmente a manifestação jurídica, adotando-a como razão de decidir e, com fundamento no artigo 1º, inciso I, da Portaria nº 011/2023 – SA, autorizo a contratação pretendida.

Encaminhe-se à Coordenadoria de Convênios e Contratos para adoção das providências cabíveis.

Belém, 05 de junho de 2025.

MAURICIO CRISPINO GOMES
SECRETARIO DE ADMINISTRACAO



Assinado digitalmente por MAURICIO CRISPINO GOMES, conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.
Use 4484198-4166 - para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4484198-4166>
Documento gerado por SIDALIA DO AMARAL FERREIRA *Data e hora: 18/06/2025 12:44

<i>Classif.</i> <i>documental</i>	02.02.01.02
--------------------------------------	-------------



TJPADES2025123657A



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ



Assinado digitalmente por MAURICIO CRISPINO GOMES, conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.
Use 4484198-4166 - para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4484198-4166>
Documento gerado por SIDALIA DO AMARAL FERREIRA *Data e hora: 18/06/2025 12:44

